

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Alto São Francisco

Parecer Técnico SUPRAM Alto São Francisco Nº: 002/2007
Processo COPAM Nº: 1529/2001/003/2006**PARECER TÉCNICO**

Empreendedor: AUTO POSTO CATALÃO LTDA	DN	Código	Porte
Empreendimento: Auto Posto Catalão Ltda	74/04	F-06-01-7	P
CNPJ: 38.663.954/0001-04			
Atividade: Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis.			
Endereço (corresp.): Av. Paraná, 1757 – Bairro São José			
Municípios: Divinópolis/MG			
Referência: AUTO DE INFRAÇÃO Nº 03426/2006 – INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA			
Análise da Defesa Administrativa			

O presente parecer técnico refere-se à análise da Defesa Administrativa relativa ao Auto de Infração nº 03414/2006, lavrado em 12 de abril de 2006 contra o Auto Posto Catalão Ltda, quando das fiscalizações realizadas às instalações da Empresa no 05 de abril de 2006.

A Empresa foi autuada com fundamento no Decreto nº 39.424 de 05 de fevereiro de 1998, modificado pelo Decreto 43.127/02, artigo 19, parágrafo 3º, item 5, por "*prestar informação falsa ou adulterar dado técnico solicitado pelo COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio*", infração tipificada como gravíssima.

Conforme Relatório de Vistoria nº 019465/2006, foi constatada a prestação de informação falsa tendo em vista que o posto obteve autorização ambiental de funcionamento – AAF, e declarou o empreendedor que as instalações de seu empreendimento estão aptas a operar de acordo com todas as condições e parâmetros ambientais legalmente corretos. Em vistoria realizada ao empreendimento em 05/04/2006 foram constatadas várias irregularidades.

Em 05 de maio de 2006, foi protocolada junto a FEAM a sua Defesa Administrativa (protocolo nº F034187/2006). Em 17 de maio de 2006 foi encaminhado para a Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Alto São Francisco o presente processo para respectiva análise, elaboração de pareceres e julgamento pela Unidade Regional Colegiada (URC) do Alto São Francisco.

A defesa apresentada foi baseada fundamentalmente em argumentações de caráter jurídico, a saber:

- Segundo informado na defesa, prestar informação falsa exige o dolo, ou seja, a intenção de fraudar, enganar o Poder Público, o que segundo a mesma, não é o caso dos autos. Além disso, foi informado que o posto revendedor assinou o termo de responsabilidade com a FEAM mediante orientação da empresa de consultoria, porém não foram pontuados por este órgão, os itens em desacordo com a legislação ambiental. Ainda com relação a esta argumentação a defesa alega que não pode ter havido por parte do empresário a intenção de prestar informação falsa, se este desconhece as leis ambientais e por este motivo contratou empresa de consultoria;

Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Alto São Francisco – SUPRAM ASF	
Autora: Aline Faria Souza Trindade	Coordenador da Superintendência Alto São Francisco - ASF: Laís Fonseca
Assinatura: 	Assinatura:
Data: 02/03/07	Data: 02/03/07



- A defesa também alega que o ato administrativo que lavrou o referido auto é nulo, uma vez que se mostra presente clara afronta ao princípio do *bis in idem*. Isto porque em função da mesma conduta, já foi lavrado o Auto de Infração nº 03414/2006, referente ao descumprimento da DN COPAM Nº 50/2001, itens II, V e IX, a partir de uma mesma vistoria, RV Nº 019465/2006 de 05/04/2006.

Solicita-se a análise das argumentações acima pela Assessoria Jurídica desta Superintendência Regional de Meio Ambiente, visto a natureza jurídica das mesmas.

Além das argumentações supracitadas a defesa também alega que a autuação não tem procedência, visto o prazo que o fiscal, na ocasião da vistoria, concedeu para instalação dos equipamentos. Segundo a mesma, este ainda encontrava-se válido, quando da apresentação da defesa.

Esta argumentação não é procedente, pois a remediação pelo empreendedor das irregularidades constatadas não exime a mesma da infração, embora possa ser considerada atenuante da infração se assim entendido pelo COPAM.

Por fim, a Empresa requer pela nulidade do Auto de Infração excluindo a aplicação concreta da pretensão punitiva (multa), o que é improcedente do ponto de vista técnico, haja vista que não foram apresentadas argumentações de caráter técnico, suficientes para a descaracterização do mesmo.

Pede-se o encaminhamento deste Parecer Técnico à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Auto São Francisco – SUPRAM-ASF.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável Alto São Francisco
Pág.: 1



Parecer Jurídico 011/2007	
Indexado ao(s) Processo(s) Nº: 1529/2001/003/2006	Indexado ao Parecer Técnico Nº 002/2007
Tipo de processo: Auto de Infração	

1. Identificação

Empreendimento/Empreendedor: Auto Posto Catalão Ltda	CNPJ / CPF: 38.663.954/0001-04
Empreendimento Auto Posto Catalão Ltda	
Município: Divinópolis	
Atividade predominante: Posto revendedor de combustíveis	
Código da DN e Parâmetro F-06-01-7 (m³)	
Porte do Empreendimento Pequeno (X) Médio () Grande ()	Potencial Poluidor Pequeno () Médio (x) Grande ()

2. Introdução:

O empreendimento Auto Posto Catalão Ltda foi autuado pelo cometimento das infrações listadas no Decreto 39.424/98, com redação alterada pelo Decreto 43.127/02, em seu artigo 11, § 3º, item 2, *in verbis*:

Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

5. prestar informação falsa ou adulterar dado técnico solicitado pelo COPAM ou pelos órgãos seccionais de apoio;

Avenida Primeiro de Junho, 179, Centro – Divinópolis – MG
CEP 35.500-003 – Tel: (37) 3216-1055 – coord.urcasf@copam.mg.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável Alto São Francisco
Pág.: 2



O processo encontra-se devidamente formalizado. O empreendedor foi devidamente cientificado do auto de infração, através de correspondência, devidamente comprovada por AR, constante de fls. 06. Tal comprovante tem data de recebimento em 17 de maio de 2006, portanto, a data final para interposição da defesa contestando o auto seria a seguinte: 06 de junho de 2006, data que foi respeitada pelo empreendedor que apresentou sua defesa que passamos a analisar:

3. Discussão:

Tecnicamente não foram apresentadas quaisquer alegações que descaracterizassem a infração cometida conforme parecer técnico anexo.

Juridicamente, versa a tese defensiva que *“não pode o fiscal da FEAM presumir que o dono da empresa mentiu!”*. Realmente não pode o técnico da FEAM presumir nem esta, nem qualquer outra afirmação, haja vista, tratarmos aqui de administração pública que tem seus atos oriundos de cinco princípios básicos determinados pelo artigo 37 da Constituição Federal/88, a saber:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impressoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Grifo Nosso)

E, o que quer dizer obediência ao princípio da legalidade? Quer dizer que à administração pública é defeso a utilização de quaisquer argumentos não previstos em qualquer das formas de legislação. Portanto, não agiu o agente ambiental com presunção de um ato; e, sim com a ciência absoluta de que foram feitas assertivas no Termo de Responsabilidade



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável Alto São Francisco
Pág.: 3



para consecução da Autorização Ambiental de Funcionamento constante do processo nº 01529/2001/001/2006, a qual anexamos cópia.

Alega ainda a tese defensiva que *“somente se pode prestar informação falsa daquilo que se conhece”*. E continua: *“o empresário não conhece as leis de meio ambiente, com suas correspondentes obrigações, tanto é verdade que este teve que contratar empresa de consultoria ambiental”*. Quanto ao desconhecimento da lei citaremos o artigo 3º da Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-Lei 44.657/1942), que responde bem à alegação do recorrente:

Art. 3º: Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Além disto, o empreendimento em comento é sujeito à AAF, conforme visto acima, o que nos faz crer que a necessidade de uma consultoria ambiental se deve ao fato da necessidade de gerenciamento dos aspectos ambientais do empreendimento e não do desconhecimento da lei ambiental pelo recorrente, senão vejamos o que diz o segundo parágrafo do Termo de Responsabilidade:

Declara, sob as penas da lei, que as instalações de seu empreendimento estão aptas a operar de acordo com todas as condições e parâmetros ambientais legalmente vigentes, dispondo de sistema de gerenciamento dos aspectos ambientais, incluindo o controle de ruídos, de emissões atmosféricas, de efluentes líquidos e de resíduos sólidos, bem como reabilitação de áreas degradadas (Grifos nossos).



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável Alto São Francisco
Pág.: 4



Neste sentido ainda o artigo 2º da DN 74/04:

Art. 2º - Os empreendimentos e atividades listados no Anexo Único desta Deliberação Normativa, enquadrados nas classes 1 e 2, considerados de impacto ambiental não significativo, ficam dispensados do processo de licenciamento ambiental no nível estadual, mas sujeitos obrigatoriamente à autorização ambiental de funcionamento pelo órgão ambiental estadual competente, mediante cadastro iniciado através de Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento preenchido pelo requerente, acompanhado de termo de responsabilidade, assinado pelo titular do empreendimento e de Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável (grifo nosso).

Quanto à legalidade da assinatura constante do Termo de Responsabilidade resta demonstrado pela na cláusula 3ª da 6ª Alteração Contratual do Auto Posto Catalão Ltda que *"a administração e gerência da sociedade ficará a cargo dos cotistas Diretores João Batista de Lacerda e José Antônio de Lacerda, competindo-lhes inclusive assinarem individualmente pela sociedade, não podendo, no entanto, usá-la em avais, fiança, abonos de favor etc"*. Em sendo o primeiro responsável pela assinatura do instrumento em questão, confirma-se a veracidade do ato pela cláusula contratual supra.

Juridicamente ainda, apresenta o recorrente a tese de que impossível seria a lavratura de mais de uma infração com o mesmo relatório de vistoria. Somos sabedores que a outra

Avenida Primeiro de Junho, 179, Centro – Divinópolis – MG
CEP 35.500-003 – Tel: (37) 3216-1055 – coord.urcasf@copam.mg.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável Alto São Francisco

FLS Nº 35
Doutor
COPAM - AC

Pág.: 5

infração se deu pelo não cumprimento de determinações impostas pelo COPAM, qual seja a DN 50/2001, e, esta pela prestação de informações falsas não configurando, na análise deste Assessor, *bis in idem*, pois se trata de tipificação “*por fundamentos legais diversos*”, conforme a tese defensiva. Portanto, as condutas são absolutamente diversas uma da outra, pois uma se dá pelo não cumprimento de determinação do COPAM e a outra – em processo diverso – pela prestação de informação falsa – quando do requerimento de Autorização Ambiental de Funcionamento; fatos estes constatados *in loco* pelo relatório de vistoria único que reiteramos não implica *bis in idem*.

Ante ao exposto, pugna esta Assessoria Jurídica, pela aplicação de penalidade gravíssima no valor de R\$ 10.641,00 (Dez mil seiscentos e quarenta e um reais), empreendimento de pequeno porte, infração gravíssima, sem reincidência genérica ou específica, nem tampouco atenuantes ou agravantes em conformidade com os artigos 15 a 17 da Lei 7.772/80, artigo 4º da Lei 12.585/97, do artigo 19, § 3º, 6 do Decreto Estadual 39.424/98, decreto este com redação alterada pelo Decreto Estadual 43.127//02, bem como o artigo 1º, III, “a” c/c inciso I, § 1º do artigo 2º da Deliberação Normativa COPAM 27/98 com redação alterada pela Deliberação Normativa COPAM 64/02.

4. Parecer Conclusivo

Favorável: (X) Não () Sim

5. Data / Responsável

Data: 05 de março de 2007	
Responsável: Wilber Nogueira Santos	Assinatura(s) / Carimbo(s)